



Monte Mor, 20 de setembro de 2021.

**OFÍCIO Nº 264/2021 – GAB**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, encaminho para a devida apreciação desta Casa de Leis, o incluso projeto de lei que ***“Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Cultura de Monte Mor, do Fundo Municipal de Assistência à Cultura e dá outras providências”***.

Desta maneira, conforme disposto nos termos do artigo 29 da Lei Orgânica Municipal, encaminhamos para a apreciação desta Casa de Leis, em **regime de urgência**, tendo em vista a necessidade de criação de fichas orçamentárias.

**Edivaldo Antônio Brischi**  
**Prefeito Municipal**

**Anexo: Projeto de Lei.**

**Ao Excelentíssimo Senhor**

**Vereador Alexandre de Jesus Pinheiro**

**M.D. Presidente da Câmara de Vereadores**

**Monte Mor – Estado de São Paulo**



**PROJETO DE LEI nº \_\_\_\_\_ / 2021.**

***“Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Cultura de Monte Mor, do Fundo Municipal de Assistência à Cultura e dá outras providências”.***

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 45, inciso III da Lei Orgânica do Município, leva para apreciação e aprovação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte:

**PROJETO DE LEI**

**Art. 1º** – Fica reestruturado o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Assistência à Cultura de Monte Mor.

**Art. 2º** – Fica alterada a denominação do Conselho de Municipal de Cultura de Monte Mor (CMCMM) para Conselho de Políticas Culturais de Monte Mor (CPCMM) e do Fundo Municipal de Assistência à Cultura para Fundo Municipal Pró-Cultura, para se adequar à nova instância de participação social disposta no Sistema Nacional de Cultura - SNC.

**Art. 3º** – O Conselho de Políticas Culturais de Monte Mor é um órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante da estrutura básica da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, composto por membros do poder público e da sociedade civil e se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada e de caráter permanente.

**Art. 4º** – Caberá ao Conselho de Políticas Culturais de Monte Mor as seguintes atribuições:

**I** - colaborar na proposição e fiscalização das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, no que se refere às ações, programas, projetos e políticas públicas do Departamento de Cultura.

**II** - contribuir com a implantação e transparência na gestão de Termos de Parceria, Termos de Cooperação e demais instrumentos legais estabelecidos entre entes e fazedores culturais e a Prefeitura Municipal de Monte Mor;

**III** - estabelecer diretrizes, metas e ações para a implementação do Plano Municipal de Cultura, em conjunto com os segmentos culturais e o Poder Público de Monte Mor;

**IV**- elaborar seu Regimento Interno para melhor desempenhar suas atividades;

**V**- colaborar na administração da(s) conta(s) do Fundo Pró-Cultura, aprovando e fiscalizando a destinação de verbas e demais recursos aos projetos aprovados pelo Conselho;



**VI** - estabelecer diretrizes e metas para a composição de editais, chamadas públicas e demais instrumentos licitatórios voltados à Cultura;

**VII** - integrar o Fórum Municipal de Cultura de Monte Mor, desvinculado da estrutura da Administração Municipal, como instância de consulta pública e fomento à participação popular;

**VIII** - realizar, periodicamente, as Conferências Municipais de Cultura, em conjunto com os segmentos culturais e o Poder Público;

**IX** - propor aos entes federados (município, estado e união) o tombamento de bens patrimoniais, materiais e imateriais de relevância histórica e cultural;

**X** - organizar e/ou participar de fóruns, seminários e congressos temáticos, de iniciativa do Poder Público ou da Sociedade Civil temáticos, gerais ou divididos por segmento cultural, com o intuito de elaborar diagnósticos, propostas, diretrizes e metas para a Cultura de Monte Mor;

**XI** - nomear comissões e grupos de trabalho para a avaliação de projetos e propostas, garantindo a isenção e impedindo o conflito de interesses;

**XII** - estabelecer critérios e preços públicos para o uso de espaços / equipamentos e ações culturais, devendo reverter os recursos auferidos diretamente às contas do Fundo Pró-Cultura.

**Art. 5º** – Os Membros do Conselho de Políticas Culturais de Monte Mor deverão:

**I** - Ser maior de 18 anos;

**II** - estar domiciliado no Município há mais de 02 anos;

**III** - ter atividade cultural comprovada no Município.

**Art. 6º** – O Conselho de Políticas Culturais de Monte Mor deverá ser composto por 16 titulares e seus respectivos suplentes, sendo:

**A)** Nomeados pelo Poder Público:

2 representantes da Diretoria de Cultura;

1 representante do Departamento de Educação;

1 representante da Departamento de Turismo;

1 representante da Secretaria de Esportes;

1 representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social.

**B)** Eleitos pela Sociedade Civil, somente por meio de assembleia:

1 representante do segmento de Música;

1 representante do segmento de Teatro;

1 representante do segmento de Hip Hop;

1 representante do segmento de Artes Visuais e audiovisual;

1 representante do segmento de Livros, Literatura e Narrativa Oral;

1 representante do segmento de Dança;



- 1 representante do segmento de Cultura Popular e Manifestações de Matrizes Africanas;
- 1 representante do segmento de Cultura Indígena;
- 1 representante do segmento de Comunicação Social e Mídias Sociais; e
- 1 representante dos espaços, entidades e empresas comprovadamente culturais.

§ 1º - Ocorrendo a constituição de novos segmentos, cada qual terá 01 (um) representante no Conselho Municipal de Políticas Culturais de Monte Mor e respectivo suplente, a serem votados por meio de eleição e assembleia organizadas pelo próprio Conselho, em conjunto com o Fórum de Cultura de Monte Mor e o Poder Público, garantida a ampla publicidade do processo eleitoral, sem a necessidade de alteração da presente lei.

§ 2º - Os representantes do Poder Público serão indicados por suas respectivas secretarias e / ou departamentos.

§ 3º - Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos por seus pares de segmento, em assembleia organizada pelo próprio Conselho, com o apoio do Poder Público.

§ 4º - O candidato ao Conselho deverá comprovar sua atuação no segmento para o qual deseja candidatar-se.

**Art. 7º** – O Regimento Interno deverá estabelecer a forma de escolha do presidente e vice-presidente, bem como a estrutura administrativa do Conselho de Políticas Culturais de Monte Mor.

**Art. 8º** – O Conselho eleito tem 120 (cento e vinte) dias para a elaboração e aprovação do Regimento Interno, a contar da data da nomeação dos conselheiros.

**Art. 9º** – Os integrantes do Conselho Municipal de Políticas Culturais que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos e têm mandato de 02 (dois) anos, renovável uma vez por igual período, conforme regimento.

**Art. 10** – Em caso de vacância de conselheiro titular, decorrente de morte, renúncia, ou qualquer outro motivo fortuito ou de força maior, o conselheiro suplente deverá assumir as atribuições do titular até o término de seu mandato, podendo este se candidatar à condição de titular na eleição seguinte.

**Parágrafo único** - Persistindo a vacância do conselheiro titular, o Conselho deverá convocar os membros do respectivo segmento e proceder nova eleição para os cargos de titular e suplente, observadas as mesmas regras da eleição geral.

### **DO FUNDO MUNICIPAL PRÓ-CULTURA**

**Art. 11** – Fica Reestruturado o Fundo Municipal Pró-Cultura, no âmbito do município de Monte Mor, vinculado à Secretaria de Educação Cultura e Turismo de Monte Mor, através da Diretoria de Cultura.

§ 1º - O Fundo Pró-Cultura será inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, na condição de Matriz, na forma das Instruções Normativas da Receita Federal em vigor, assegurando transparência na identificação e no controle de contas a ele vinculadas, não caracterizando autonomia administrativa e de gestão.



§ 2º - Todos os recursos repassados ao Município de Monte Mor pela União ou pelo Estado, seja fundo a fundo ou por outro mecanismo legal, deverão ter sua execução orçamentária e financeira realizadas pelo Fundo Pró-Cultura, exceto nos casos vedados por legislação superior.

**Art. 12** – As despesas realizadas com recursos financeiros recebidos na modalidade fundo a fundo deverão atender às exigências legais concernentes ao processamento, empenho, liquidação e efetivação do pagamento, mantendo-se a respectiva documentação administrativa e fiscal por período legalmente exigido e a disposição do órgão repassador e dos órgãos de controle externo e interno.

**Art. 13** – Constituição receitas do Fundo Pró-Cultura

**I** - dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo destinada ao Fundo Pró-Cultura, créditos suplementares, especiais e extraordinários, que lhe forem destinados;

**II** - os direitos sobre a venda de livros ou outras publicações e trabalhos gráficos editados ou creditados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

**III** - os valores correspondentes a patrocínios ou doações recebidos para a realização de atividades culturais;

**IV** - os valores correspondentes a arrecadações provenientes da participação da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo na produção de vídeos e filmes;

**V** - os valores correspondentes à prestação de serviços realizados pela Secretaria de Cultura e Turismo;

**VI** - os valores correspondentes a multas aplicadas em consequência de danos praticados a bens artísticos e culturais e a bens de valor histórico, bem como de multas por rompimento de contratos com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

**VII** - os valores correspondentes a multas aplicadas pelas Bibliotecas Municipais, nas devoluções de livros em atraso;

**VIII** - os valores provenientes de cobrança de taxa para exploração comercial e publicitária de espaços nos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

**IX** - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados com recursos do Fundo Pró-Cultura de Monte Mor;

**X** - saldos dos exercícios anteriores.

**Art. 14** – O Fundo Pró-Cultura poderá apoiar ações, projetos e programas que voltados para:

**I** – criar, manter e ampliar ações, programas e projetos de Formação Cultural, cooperação cultural, intercâmbios, residências artísticas, estudos, pesquisas e bolsas de estudos,



**II** – realizar palestras, conferências, fóruns, congressos e congêneres de cunho formativo para a criação, produção e gestão cultural dos fazedores culturais do Município;

**III** – realizar processos licitatórios para a contratação, artistas e fazedores culturais de Monte Mor;

**IV** – realizar processos licitatórios para a contratação de pareceristas para comporem comissões de avaliação de projetos;

**V** – manter, reformar e ampliar espaços culturais públicos de Monte Mor;

**VI** – promover ações de preservação do patrimônio histórico e cultural do município;

**VII** – demais ações, programas e projetos definidos como prioritários pelo Conselho Municipal de Cultura, ou pela Conferência Municipal de Cultura ou pelo Plano Municipal de Cultura.

**Art. 15** – As contas do Fundo Pró-Cultura de Monte Mor serão administradas pelo Conselho de Políticas Culturais de Monte Mor.

**Art. 16** – O Conselho de Políticas Culturais de Monte Mor fará prestação de contas aos setores competentes da Prefeitura Municipal, que as encaminhará para ciência do Poder Legislativo, de acordo com a legislação.

**Art. 17** – Caberá ao Conselho de Políticas Culturais indicar a Comissão Gestora do Fundo Pró-Cultura de Monte Mor, assim como estabelecer as normas gerais que regulamentam a forma de utilização de seus recursos em projetos culturais e contrapartidas sociais a serem apresentados pelos fazedores culturais e proponentes do Município.

**Art. 18** – Todos os atos referentes à movimentação das contas do Fundo Pró-Cultura são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 19** – As atividades do Conselho de Políticas Culturais de Monte Mor serão consideradas de extrema relevância para o Município, sendo vedada a remuneração de seus membros.

**Art. 20** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.157 de 18 de Abril de 2006.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR, 20 de setembro de 2021.**

***Edivaldo Antônio Brischi***  
***Prefeito Municipal***





## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Ao cumprimentar os Nobres Edis, encaminho para a devida apreciação dessa Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Cultura de Monte Mor, do Fundo Municipal de Assistência à Cultura e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei visa a readequação e a consolidação do Conselho Municipal de Cultura e do Fundo Municipal de Assistência à Cultura, junto ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.

Uma das maiores dificuldades de implementar políticas públicas na área da cultura está em estabelecer formas democráticas e transparentes de acesso, dentre as quais a possibilidade de garantir que todo cidadão ou instituição cultural possa captar recursos e ser parte integrante de uma política pública de cultura, contribuindo de forma direta no processo de criação dessa política elaborando projetos para serem analisados e fomentados com recursos públicos.

O Conselho Municipal de Cultura é o órgão que institucionaliza a relação entre a Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, participando da elaboração e da fiscalização das políticas culturais.

O Fundo Municipal de Assistência à Cultura, constituído como principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, destinará recursos a programas, projetos e ações culturais, implementados de forma a contribuir com a promoção da descentralização cultural no município.

Quanto ao pedido de urgência ora proposto, o mesmo se justifica em função da necessidade de atender tempestivamente ao compromisso de alinhamento ao Sistema Nacional de Cultura – SNC,

Pelo exposto e sendo essas as razões que justificam a presente proposição que ora submetemos à elevada apreciação dessa egrégia Casa Legislativa, coloco-me à inteira disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, renovando, ao ensejo, os protestos de elevada consideração e respeito.

Monte Mor, 20 de setembro de 2021.

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**  
**Prefeito Municipal**